

A ANÁLISE DE CONTEÚDO: UM MÉTODO PARA A ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISAS QUALITATIVAS

THE ANALYSIS OF CONTENT: A METHOD FOR DATA ANALYSIS IN QUALITATIVE RESEARCH

Sílvia Ferreira¹

Resumo: Este artigo apresenta a Análise de Conteúdo (AC) como um método para análise e tratamento de dados de pesquisas, de modo especial para pesquisas qualitativas. A fundamentação teórica está alicerçada no trabalho de Bardin (2011), porém dialoga com outros trabalhos que expõem ou discutem o método de AC. Tendo por base uma pesquisa que tratou da constituição do movimento Campo de Públicas, o artigo descreve a experiência de empregar o método e defende que a AC oferece ao pesquisador recursos adequados para a análise sistemática de dados. A pesquisa ressalta a necessidade, além do conhecimento do método AC, que o pesquisador tenha domínio do referencial teórico relacionado ao assunto da sua pesquisa. Tal condição é fundamental para que seja possível ao pesquisador realizar as inferências, buscando o conteúdo latente, indo além de repetições do que já é apresentado no material coletado, trazendo contribuições para o campo ao qual se dedica.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo; Pesquisa Qualitativa; Metodologia.

Abstract: This work presents Content Analysis (CA) as a method for analysis and treatment of research, especially for qualitative research. The theoretical foundation is based on the work of Bardin (2011), but dialogues with other works that expose or discuss the CA method. Based on a research that dealt with the constitution of the Field of Publics, this work presents the experience of using the method and argues that the CA is able to offer the researcher adequate resources for the systematic analysis of data. The study also emphasizes the need, in addition to the knowledge of the AC method, that the researcher has mastery of the theoretical referential related to the subject of his research. This condition is fundamental so that it is possible for the researcher to make the inferences, buscando o conteúdo latente, going beyond repetitions of what is already presented in the material collected, bringing contributions to the field to which it is dedicated.

Keywords: Content Analysis; Qualitative research; Methodology.

1 Introdução

A Análise de Conteúdo (AC), como afirma Trivinos (1987), é uma metodologia para análise de dados coletados tanto em pesquisas quantitativas quanto qualitativas. De acordo com Mozzato e Grzyborsk (2011), o interesse pela AC, de modo especial no campo da produção científica se deve à busca pelo rigor científico e pela análise e apresentação dos dados de forma clara e sistemática.

Estudos apontam que “muitos se aventuram na sua aplicação em razão da sua visibilidade e credibilidade no meio científico, porém não a conhecem de fato”

¹Pedagoga, Mestre em Gestão Pública e Sociedade, Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG. Varginha - MG, Brasil. silvia.ferreira@unifal-mg.edu.br

(MOZZATO; GRZYBORSK, 2011, p.2). A afirmativa dos autores é corroborada após uma revisão bibliométrica que apontou a seguinte conclusão: “Observou-se certa falta de preparo dos pesquisadores quanto ao uso da técnica, pois, após analisar 31 artigos, percebe-se que apenas dois realmente explicitam a aplicação de forma plena.” (SILVA et al, 2013 p.13). Tal afirmação representa um alerta quanto aos cuidados que devem ser tomados ao se adotar a AC como metodologia na análise de dados. Nesse mesmo sentido, Silva e Fossa (2015) destacam que inúmeros autores não seguem as recomendações e as etapas necessárias a realização da AC empregando-a, muitas vezes de forma errônea. Os alertas realizados sinalizam a necessidade de conhecer melhor a técnica para que seja possível empregá-la com propriedade.

A motivação para a escrita desse artigo surgiu após a utilização na AC em uma pesquisa qualitativa que buscou compreender a constituição do movimento Campo de Públicas². No decorrer na pesquisa desenvolvida, ao buscar uma metodologia para a análise dos dados coletados, observou-se que nem sempre as pesquisas esclarecem como os dados foram analisados. Na maioria das vezes encontramos relatos que apenas mencionam que os dados foram analisados sem esclarecer de que forma. A experiência do emprego da AC e da segurança que ela confere ao pesquisador serviu de estímulo para a elaboração desta pesquisa, que tem como objetivo apresentar a AC como uma metodologia viável e capaz de conferir objetividade e confiabilidade à análise dos dados. Para o alcance desse objetivo pretende-se apresentar a fundamentação teórica que embasa a AC, descrever o emprego rigoroso da AC a partir de uma pesquisa real que empregou o método; discutir a viabilidade do emprego da AC.

Na sequência será apresentada uma seção destinada à fundamentação teórica da AC desde as suas origens, bem como as etapas ou fases para sua aplicação. A seção seguinte, que trata do emprego da AC em uma pesquisa real, foi subdividida em quatro subseções que tratam dos procedimentos, da apresentação e discussão dos resultados e dos méritos e limitações da AC. A próxima seção que trata do emprego da Análise de Conteúdo (AC) em uma pesquisa real, tem por objetivo descrever a aplicação do método a partir de uma pesquisa que adotou entrevistas como método de coleta de dados e a AC na análise sistemática dos dados coletados. Nela também são apresentadas alguns dos

² O termo 'Campo de Públicas' surgiu no ato de uma audiência pública no Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2010 para se discutir, pela primeira vez, a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Administração Pública e conexos – como os bacharelados em gestão pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas e gestão social (COELHO, 2019, p.152).

quadros elaborados a partir da análise das entrevistas. A seção das considerações finais que encerra o artigo discute a viabilidade da utilização da AC como uma metodologia adequada à pesquisa qualitativa.

2 Fundamentos da Análise de Conteúdo (AC)

Em virtude da especificidade dessa pesquisa cujo foco é a AC, sua fundamentação teórica pretende detalhar a AC enquanto método de análise e tratamento de dados, passando pelas suas origens e chegando aos dias atuais nos quais a mesma vem sendo reconhecida como um recurso útil aos pesquisadores que busquem rigor em suas análises de dados.

A Análise de Conteúdo tem uma história bastante antiga tendo a sua origem ligada, segundo Triviños (1987), às primeiras tentativas do homem de interpretar livros sagrados, ainda que neste período essas análises não apresentassem grande rigor científico. Segundo Dellagnelo e Silva (2005), o surgimento da AC está ligado a estudos que se ocuparam da interpretação de escritos sagrados ou políticos. Porém, “é no início do século passado que se reconhece efetivamente o surgimento da técnica (...)” (TRIVIÑOS, 1987, p. 98).

Em uma breve revisão histórica Triviños (1987) faz referência à obra *L'analyse de Contenu*, publicada originalmente em 1977 pela professora da Universidade de Paris, Laurence Bardin, considerada de significativa influência no Brasil. Mozzato e Grzybovski (2011) destacam a configuração detalhada da AC, bem como Triviños (1987) que considera a obra verdadeiramente notável, pois nela a autora descreve a técnica com clareza.

Bardin (2011) cita como exemplo relacionado ao surgimento da AC uma pesquisa realizada em 1940, na Suécia, cujo objetivo era saber se alguns hinos religiosos poderiam ter efeitos nefastos nos luteranos. A autora também menciona o trabalho da Escola de Jornalismo de Columbia que desenvolveu inúmeros estudos quantitativos especialmente de textos jornalísticos. Contudo, com o início da Primeira Guerra Mundial a AC entra em uma nova fase devido ao interesse pelo estudo da propaganda. Esse enfoque se fortalece com a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Bardin (2011), nessa época o governo dos Estados Unidos da América incentivou estudos voltados a desmascarar jornais e periódicos suspeitos de propagandas subversivas. Triviños (1987) também destaca o

período da Segunda Guerra Mundial como de agudo desenvolvimento da propaganda e de reconhecimento do método.

Ainda tratando do surgimento da AC, Bardin (2011) faz referência ao trabalho de E. Berelson que, auxiliado por Lazarsfeld, trouxe importante contribuição metodológica, sobretudo pelas regras que elaborou. Nesse período, entre os anos de 1940 e 1950, as exigências de rigor e objetividade tomam um caráter obsessivo e “suscetível de encobrir outras análises e possibilidades” (BARDIN, 2011, p. 25). A busca pela objetividade levou a AC a recorrer a um enfoque eminentemente quantitativo, tendo expandido posteriormente para a análise qualitativa.

Após esse período, a AC passou por uma fase de descrédito, interrompida a partir de 1955, quando estudiosos de diferentes áreas decidiram discutir as possibilidades de utilização da AC. “A partir dessas discussões a AC avança para além de um alcance meramente descritivo” (BARDIN, 2011, p. 27) e seu principal objetivo passa a ser a inferência³, ou seja, o entendimento mais aprofundado do significado do conteúdo da comunicação. De acordo com Bardin (2011) a AC consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Assim, “Qualquer AC visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos que são o seu objeto” (BARDIN, 2011, p. 40).

A AC compreende basicamente três fases apresentadas na descrição do modelo, cabendo ao analista disposto a empregá-la, a possibilidade de ajustes. Assim, apesar dos muitos autores que tratam da AC, neste artigo optou-se por adotar os conceitos e etapas descritos por Laurence Bardin por considerar a sua obra a de maior expressão na área. Segundo a autora a aplicação da AC pode organizar-se em três fases sendo a primeira a pré-análise, a segunda a exploração do material e a terceira e última a do tratamento dos resultados, na qual os dados são interpretados.

A pré-análise é o momento próprio da organização da análise. Bardin (2011) informa que esta primeira fase possui três missões:

- 1) Escolha dos documentos que serão analisados;
- 2) Elaboração dos objetivos e hipóteses; e
- 3) Construção de indicadores que darão suporte à interpretação final.

Para o desenvolvimento da pré-análise a autora prevê atividades estruturadas, porém abertas. De acordo com a autora, essas atividades seriam:

³ Por inferência compreende-se o conteúdo latente, ou seja, aquele que não está explícito no texto, mas que é possível ser percebido.

- a) Leitura flutuante;
- b) Escolha dos documentos;
- c) Formulação das hipóteses e dos objetivos;
- d) Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores;
- e) Preparação do material.

Portando, entende-se que além de uma leitura flutuante de tudo o que foi previamente selecionado, realizada inicialmente, os documentos deverão ser revistos e selecionados para serem mantidos ou não no *corpus*, ou seja, no conjunto de materiais que serão submetidos à análise.

A etapa da exploração do material é o momento de colocar em prática tudo o que ficou previamente decidido na etapa anterior. Essa etapa corresponde a três escolhas: o recorte ou a seleção das Unidades de Registro e Unidades de Contexto, assim como as regras de contagem e a classificação ou escolha das categorias. De acordo com Bardin (2011), codificar é tratar o material e a codificação consiste na transformação de dados brutos em uma representação do conteúdo, capaz de esclarecer sobre as características do texto.

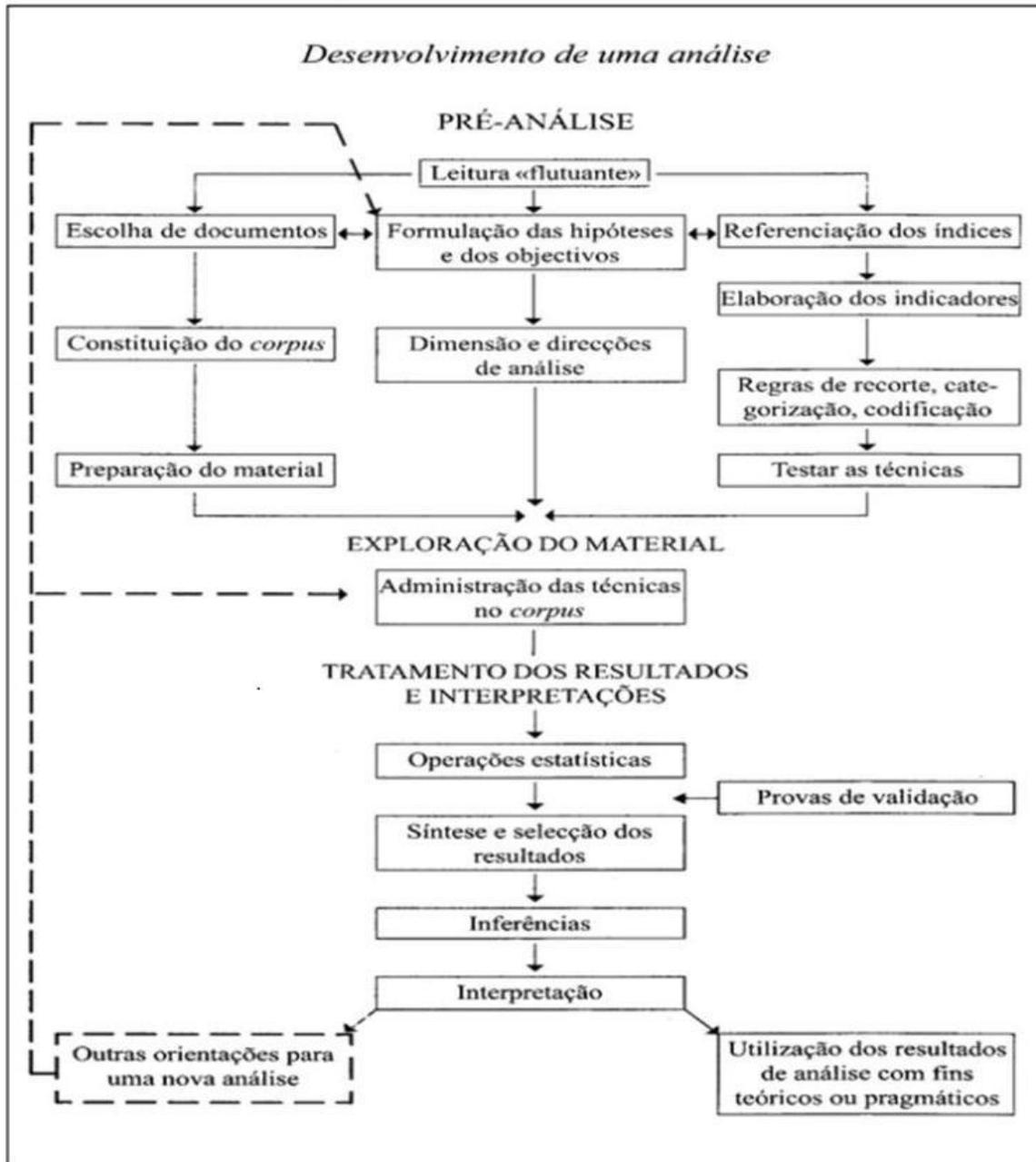
A terceira e última consiste no tratamento dos resultados obtidos e na interpretação. É nesse momento que se busca interpretar o que os dados revelam e o que é possível se compreender a partir deles. Aqui o conhecimento teórico do analista, e o seu domínio a respeito do tema tratado na pesquisa em curso são cruciais para que possa interpretar os dados com fundamentação e realizar inferências significativas, ou seja, que apresentem contribuições relevantes. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p. 131).

Todas as três etapas possuem as suas características e importância. Porém, é na terceira etapa que as análises se evidenciam e informações ainda não explícitas no material emergem mediante o tratamento dos resultados, ou seja a partir do que apresenta o *corpus* da pesquisa em relação a base teórica selecionada para subsidiar essa interpretação dos dados. Coscarelli (2002) considera que as inferências são as informações adicionadas a partir dos dados do texto, por meio de deduções e generalizações elaboradas com base em conhecimentos prévios. Tais conhecimentos constituem o referencial teórico da pesquisa que embasa as inferências. Assim, não se

trata de deduções aleatórias, e sim de interpretações elaboradas a partir de conhecimentos já construídos em pesquisas anteriores.

A figura a seguir expressa bem o dinamismo e detalhamento das etapas da AC empregada na análise de dados segundo Bardin (2011).

Figura 1: Desenvolvimento de uma análise



Fonte: (BARDIN, 2011, p.132).

Além das etapas propostas por Bardin (2011), a Figura 1 traz termos muito utilizados na AC. Dentre eles podem ser destacados: a codificação e a categorização. A codificação consiste no tratamento do material analisado, ou seja, do *corpus*. De acordo com Bardin (2011) codificar significa transformar os dados brutos, por meio de recorte,

agregação ou enumeração, de modo a esclarecer sobre as características daquele texto. Ao codificar o texto o analista deverá identificar as chamadas Unidades de Registro (UR) que correspondem ao segmento de conteúdo considerado “unidade-base”. As UR podem ser constituídas por uma palavra, um tema, um objeto, personagem ou acontecimento. Seriam aquelas palavras ou trechos mais significativos que apresentam forte relação com os objetivos da pesquisa. A autora também trata das Unidades de Contexto (UC) que serviriam de unidade de compreensão das UR, ou seja, trechos do texto que acompanham as UR e as contextualizam e explicam.

As categorias correspondem às classes nas quais as UR são agrupadas. De acordo com Bardin (2011), a partir do momento em que se pretende codificar o *corpus* é necessário elaborar as categorias de análise. Essa categorização tem por objetivo a condensação dos dados em uma representação simplificada. De acordo com a autora um bom conjunto de categorias deve possuir as seguintes qualidades:

- a) Exclusão mútua (não sobrepor);
- b) Homogeneidade (tratar apenas de uma dimensão de análise);
- c) Pertinência (ser coerente com os objetivos da análise);
- d) Produtividade (resultados devem gerar inferências, hipóteses e dados).

As categorias podem ser criadas em diferentes momentos da análise, podendo ser elaboradas inicialmente com base no referencial teórico e, num segundo momento a partir do próprio *corpus* coletado. A respeito da elaboração de categorias de análise Bardin (2011) afirma que a capacidade de categorizar é essencial a um bom analista e que o processo classificatório é importantíssimo em toda atividade científica.

3 O emprego da Análise de Conteúdo (AC) em uma pesquisa real

Para que o leitor possa acompanhar a descrição da aplicação da AC que será feita na sequência, antes será feita uma breve apresentação da pesquisa de dissertação de mestrado realizada com o objetivo de compreender como deu a constituição do movimento Campo de Públicas. Esse movimento ocorreu em um período de revigoração da Administração Pública no Brasil, com uma significativa ampliação na oferta de vagas em cursos de graduação que formam profissionais ligados à área pública. Segundo Coelho (2019), o Campo de Públicas buscou integrar e mobilizar professores, alunos e egressos no sentido de alcançarem coletivamente a aprovação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) próprias para esses cursos ligados à área pública. Assim,

a pesquisa que empregou a AC buscou entender o processo de constituição do movimento e sua relação com a identidade de administrador.

A partir dos referenciais fundamentais da ciência administrativa e da noção de constituição de identidades fornecido pela psicologia social foram apontados os elementos fundamentais que estabelecem a identidade pressuposta de administrador, como sendo um profissional altamente produtivo, competitivo, individualista, alinhado ao mercado e ao capital, que se atualiza constantemente e busca o sucesso. Percebe-se uma lacuna em relação à formação humanística, acadêmica, crítica, política e social. Predomina a técnica e a busca pelos resultados e pela eficiência.

Alguns condicionantes históricos devem ser considerados para que se possa compreender como essa identidade foi constituída. Em Gonçalves e Oliveira (2016) no ano de 1965, foi promulgada a Lei nº. 4.769, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de administração. De acordo com Coelho (2019), ela foi o referencial para a elaboração, pelo Conselho Federal de Administração, do Parecer 307, de 1966, que estabeleceu o currículo mínimo dos cursos de graduação em administração e vigorou por 27 anos, detalhando disciplinas e cargas horárias, que foram parâmetros para as instituições de ensino em processos de autorização e reconhecimento de cursos.

Coelho (2006) e Vendramini (2013) destacam o currículo mínimo como um instrumento que trouxe consequências negativas para os cursos de administração pública, devido à sua inspiração em preceitos estadunidenses de imbricação entre o público e o privado, nos quais o setor privado provê técnicas de administração de empresas para supostamente tornar a administração pública mais eficiente. Nesse sentido, Keinert (2000) observa que, entre as décadas de 1930 e 1970, governar era entendido como administrar empresas estatais em prol do desenvolvimento. Desta forma estes condicionantes históricos direcionam a formação de administradores voltada para o mercado. Para conhecer a percepção de administradores formados nesses cursos a parte empírica da pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas realizadas com integrantes do movimento Campo de Públicas, bacharéis em Administração.

Esta seção tem por objetivo apresentar e descrever detalhadamente o emprego rigoroso da AC a partir de uma pesquisa real que utilizou o método. Para melhor organização a seção foi subdividida em três subseções que tratam dos procedimentos metodológicos, apresentação e discussão dos resultados.

3.1 Procedimentos metodológicos

O quadro a seguir apresenta de forma sucinta as fases da AC e suas principais características de acordo com Bardin (2011). Traz ainda uma terceira coluna com as principais ações desenvolvidas no decorrer da pesquisa cujo objetivo é permitir ao leitor uma maior aproximação com a realidade prática do emprego da AC.

Quadro 1: Fases da Análise Conteúdo: características e ações desenvolvidas

Fase	Principais características	Ações desenvolvidas
Pré-Análise	É a fase de organização propriamente dita.	*Elaboração de categorias de análise a partir do referencial teórico; * Elaboração da carta de apresentação e do roteiro da entrevista; * Identificação e seleção dos integrantes a serem entrevistados.
Exploração do Material	É a fase que coloca em prática as decisões tomadas na fase anterior.	* Realização das entrevistas; * Elaboração de novas categorias de análise; * Identificação da Unidades de registro (UR); * Criação dos códigos para localização da UR nas entrevistas; * Elaboração dos quadros e descrição ou apresentação dos dados.
Tratamento dos Resultados	É a fase em que se dá significado aos resultados interpretando-os e propondo inferências.	* Discussão dos resultados; * Elaboração das inferências.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Bardin (2011)

A pesquisa que deu origem a este trabalho, cujo foco é a AC, buscou responder a seguinte pergunta: A percepção de integrantes do Campo de Públicas, sobre distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos, foi um fator determinante para a constituição do movimento?

A respeito do movimento Campo de Públicas, Pires *et al.*, (2012) esclarecem:

“Campo de Públicas” é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano (PIRES *et al.*, 2012).

Tendo como objetivo compreender, a partir da noção de identidade, a constituição do Campo de Públicas, a partir de referenciais da ciência administrativa como Taylor (1990), Denhardt (2012), Ésther (2007), Motta (1997), Serva (1997), Bock (2008), Guerreiro Ramos (1989), Tenório (2012), dentre outros, foi traçada a identidade

pressuposta do administrador evidenciada tanto nas obras de referência quanto na legislação que regulamenta a formação de administradores. Como referenciais teóricos sobre a formação de gestores públicos, bem como da formação do campo de públicas foram consultadas as seguintes referências: Coelho (2006; 2008), Paes de Paula (2005), Saraiva (2011) e Keinert (1994; 2000). A parte empírica da pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas com integrantes do movimento. A análise das entrevistas indicou que tais distinções apontadas no problema de pesquisa foram fundamentais para a constituição do movimento, apesar de ser possível que essas distinções sejam ainda mais significativas para os integrantes formados em Administração.

O caráter multidisciplinar do Campo de Públicas, apesar da riqueza que representa, traz consigo um grande desafio: constituir-se em sua particularidade, sem isolar-se e, ainda assim, permitindo a participação de múltiplas áreas do conhecimento. Seu futuro vai depender, em boa medida, em sua capacidade de conciliar ideias e propósitos, bem como a superação de dicotomias. Não é o caso, apenas, de se resgatar a dimensão política da formação dos administradores públicos. É preciso ir além e buscar também a formação técnica adequada às demandas da administração pública, não mais se sujeitando ao mimetismo da administração de empresas e à imposição de ferramentas e valores que são próprios da administração empresarial. É necessário que essa polaridade entre administração pública e administração de empresas seja superada e as particularidades de cada uma dessas identidades profissionais sejam reconhecidas.

Na pesquisa desenvolvida verificou-se que dos 230 integrantes do movimento, apenas 14 deles atendiam a um duplo critério: possuir graduação em administração e serem ativos no fórum permanente e comparecerem aos eventos presenciais. Assim, foram enviadas cartas de Apresentação/Convite a esses membros e, a partir dos retornos recebidos, foram realizadas oito entrevistas. O roteiro da entrevista foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa.

As categorias de análise utilizadas foram elaboradas em dois momentos distintos. Primeiramente, foram elaboradas categorias de análise a partir do referencial teórico sobre a constituição das identidades individuais e coletivas. Num segundo momento, após a realização das entrevistas e de posse do corpus propriamente dito, verificou-se a necessidade da criação de outras categorias que permitissem uma análise mais detalhada. Esse procedimento de elaborar categoriais com base no corpus, tendo em vista as especificidades do próprio corpus e as necessidades da pesquisa, é previsto pela metodologia da AC (BARDIN, 2011).

A partir dos textos transcritos de cada entrevista foram identificadas as Unidades de Registro (UR) que aparecem distribuídas nas categorias. A cada UR foi atribuído um código que corresponde ao entrevistado, à questão e à linha da entrevista transcrita na qual se encontra aquela UR. Por exemplo, o código E1Q1L1 indica que a UR foi produzida pelo entrevistado 1, que essa UR encontra-se na resposta dada à questão 1 e que ela se localiza na linha 1 da entrevista. Nos quadros de apresentação dos resultados, que virão a seguir, a forma como as UR foram codificadas poderá ser observada.

3.2 Apresentação dos resultados

Depois da exploração do *corpus*, codificação e categorização os dados, é preciso apresentar os resultados da AC. De acordo com Bardin (2011) caberá ao pesquisador decidir como os resultados serão apresentados ou descritos. Tendo em vista o objetivo primordial deste artigo, que é descrever e compartilhar a experiência de utilização prática da AC optou-se pela apresentação dos quadros. Abaixo de cada quadro são apresentados os trechos mais significativos destacando-se em negrito as UR e as categorias de análise em *itálico*. De acordo com a AC, esses trechos que acompanham as UR são chamados Unidades de Contexto.

Na primeira questão é solicitado ao entrevistado que caracterize o curso de graduação em Administração no qual se formou. De modo especial buscou-se conhecer a natureza dos conteúdos abordados. A partir da análise das respostas foi organizada a Quadro 2 com duas categorias que caracterizavam os conteúdos curriculares: *Críticos* e *Instrumentais*.

Quadro 2: Conteúdos

Críticos	Instrumentais
críticos (E1Q1L3) críticos, pouco instrumentais (E5Q1L4)	majoritariamente instrumentais (E2Q1L8-9) enfoque predominantemente instrumental (E3Q1L4-5) essencialmente instrumentalizante (E4Q1L4) extremamente normativo (E6Q1L4) instrumentais (E6Q1L9) instrumental e reflexivo (E7Q1L4) predominantemente instrumental (E8Q1L4)

Fonte: (GONÇALVES, 2014).

Na AC das respostas a respeito da natureza dos conteúdos trabalhados nos cursos de graduação em Administração nos quais os entrevistados se formaram, grande parte das UR se relacionou à categoria *Instrumentais*: “Os conteúdos eram **majoritariamente instrumentais**.” (E2Q1L8-9), “teve um enfoque **predominantemente instrumental**”

(E3Q1L4-5), “teve ênfase **essencialmente instrumentalizante**” (E4Q1L4). Apenas duas UR foram inseridas na categoria *Críticos*: “**críticos**” (E1Q1L3) e “**críticos, pouco instrumentais**” (E5Q1L4).

Na questão seguinte, os entrevistados são chamados a uma reflexão sobre a identidade pressuposta do administrador e sobre seu posicionamento do indivíduo diante dessa identidade. Durante as entrevistas tais conceitos foram apresentados aos entrevistados. Em seguida, foi perguntado se a sua formação reforçou os elementos característicos da identidade pressuposta do administrador.

Quadro 3: Se reforçou a identidade pressuposta de administrador

Sim	Não Totalmente
Sim. (E1Q2L13) Sim,... reforçou (e muito) (E2Q2L16) Reforçaram (E3Q2L25) predisposição pela manutenção (E4Q2L16) aprimoramento técnico (E5Q2L12) colocação profissional para experimentar a área (E5Q2L412-13) competitivo. Sim (E6Q2L22) instrumental, acrítico (E7Q2L19) Sim, reforçou (E8Q2L10)	individualista... Não, ... somos treinados para trabalhar preponderantemente em equipe (E6Q2L24-25)

Fonte: (GONÇALVES, 2014).

As UR foram associadas quase totalmente à categoria *Sim*. Ou seja, a maioria dos entrevistados afirma que os elementos da identidade pressuposta do administrador foram reforçados durante o curso. Apenas uma UR expressou um posicionamento divergente com um dos traços apresentados. Nas palavras do entrevistado: “na graduação **somos treinados para trabalhar preponderantemente em equipe**” (E6Q2L24-25). Assim, apesar da concordância em tratar-se de um profissional competitivo, o individualismo não seria uma de suas características. O posicionamento divergente do entrevistado gerou a necessidade de criação de uma categoria chamada: *Não Totalmente*.

As UR “**Sim**” (E1Q2L13), “**Sim, reforçou**” (E8Q2L10) e “**Sim**, minha formação na graduação **reforçou (e muito)** a identidade pressuposta do Administrador” (E2Q2L16-17) são alguns exemplos que expressam a concordância da maioria dos entrevistados de que o curso de graduação frequentado reforçou os traços característicos da identidade pressuposta de administrador. Ainda refletindo a respeito da identidade pressuposta do administrador, os entrevistados foram questionados se, ao longo dos anos (durante ou depois da graduação), o seu posicionamento como administrador oscilou entre os processos de assimilação, reposição ou negação da identidade pressuposta. A partir das UR identificadas foi realizada a seguinte distribuição pelas categorias.

Quadro 4: Posicionamento diante da identidade pressuposta – agrupado

Assimilação	Reposição	Negação
Sim (E1Q2L14) assimilei (E2Q2L25) predisposição pela manutenção (E4Q2L16) assimilação (E5Q2L4-5) no início assimilamos (E6Q2L43) assimilação... no início do curso (E7Q2L24)	Sim (E1Q2L14) fui sendo “domesticado” (E2Q2L28 e 29) cada vez mais defendia que “administração era para administrador” (E2 Q2L31) Imersos... manuais de como agir (E2Q2L34-35) colocação profissional para experimentar a área (E5Q2L12-13) Reposição... até a metade do curso (E7Q2L25)	Sim (E1Q2L14) comecei a questionar (E2Q2L40) comecei a questionar muito (E2Q2L45-46) Fiquei negando (E2Q2L51) Este processo de negação reforçado (E2Q2L57) comecei a desenvolver um processo gradativo de negação (E3Q2L28) negação de estágios em empresas privadas (E3Q2L30) não me adaptei ao mundo do mercado (E4Q2L25-26) e depois passamos a criticar (E6Q2L43) negação passou a ficar mais forte na reta final do curso (E7Q2L24-25) meu posicionamento oscilou... forte processo de negação (E8Q2L11-12)

Fonte: (GONÇALVES, 2014).

Observou-se que cada entrevistado expressou de diferentes formas o processo de construção da identidade de administrador e que o mesmo entrevistado vivenciou diferentes posicionamentos em diferentes momentos de sua formação.

O processo de assimilação foi mais marcante nos primeiros anos da graduação. Um dos entrevistados informa que “Quanto ao processo de **assimilação** ele **ocorreu no início do curso**”. A reposição aparece até a metade do curso: “o processo de **reposição** firmou-se **até a metade do curso**” (E7Q2L24-25), “**imersos** naquele mercado de enlatados com ‘fórmulas de sucesso’ ou **manuais de como agir** nas mais diversas situações gerenciais, escritos pelos gurus norte-americanos” (E2Q2L34a36). Mas há quem diga: “Porém, mesmo durante o processo formativo, devido a atividades no movimento estudantil e no movimento de empresas juniores **comecei a desenvolver um processo gradativo de negação** da identidade pressuposta” (E3Q2L26-29), chegando a “**negação de estágios em empresas privadas**” (E3Q2L30).

O processo de negação inicia-se, para a maioria quando começam os questionamentos e a não adaptação ao mercado: “**passamos a criticar**” (E6Q2L43), “**comecei a questionar**” (E2Q2L40), “**comecei a desenvolver um gradativo processo de negação**” (E3Q2L28). Assim, a categoria Negação foi a que contou com o maior número de UR, tendo sido citadas por sete dos entrevistados.

Apenas um dos entrevistados (E5) não falou em negação da identidade pressuposta. Em sua fala ocorreu uma UR sobre a *Assimilação* da identidade pressuposta. Outros entrevistados como E1, E2 e E7, que mencionaram a assimilação, passaram pelo processo de reposição e chegaram à negação. Já E4 e E6, apesar de mencionarem o processo de assimilação, não citam a reposição e concluem com a negação.

Diferentemente, os entrevistados E3 e E8 focalizaram apenas no processo de negação. Assim, a maioria apresentou UR para a categoria *Negação*.

A próxima questão é sobre os principais fatores que contribuíram para a constituição do Campo de Públicas. As UR foram distribuídas em três categorias.

Quadro 5: Fatores que contribuíram para a constituição do movimento

Micro (individual)	Meso (das relações)	Macro (conjuntural)
a mente inquieta de alguns teóricos da área de públicas (E1Q4L24-25) professores empreendedores, com visão de ação coletiva e agregadora (E7Q4L44-45) Defesa de interesses dos atores do campo. (E6Q4L57) empreendedorismo dos alunos (E7Q4L43)	defesa das DCNs ⁴ (E2Q4L71) a formação oferecida... não contemplavam os conhecimentos (E8Q4L21e22) incompatibilidade com as DCNs e referenciais da administração privada (E7Q4L48) Necessidade de formação política e crítica (E3Q4L44) Foi a ausência de estruturas hierarquizadas (E4Q4L47-48) “reinventar” e reacreditar na gestão pública (E3Q4L43) busca por uma identidade própria (E5Q4L25) urgência de uma área de ensino/pesquisa (E8Q4L25) análise comparada da realidade (E8Q4L27)	democratização do ensino superior (E3Q4L42) crescimento de cursos (E7Q4L47)

Fonte: (GONÇALVES, 2014).

As UR foram distribuídas de acordo com os níveis Micro, Macro e Meso⁵. Na categoria *Micro* encontram-se a UR que dizem respeito aos atores individuais. Como exemplo destacam-se os seguintes trechos: “Entendo que o principal fator seja **a mente inquieta de alguns teóricos da área de públicas** quanto à necessidade de constituição de um campo específico de estudo, pesquisa e reflexão” (E1Q4L24,24-26), “Existência de **professores empreendedores com visão de ação coletiva e agregadora**” (E7Q4L44e45).

Na categoria *Macro* os fatores conjunturais, aqui entendidos como o contexto no qual emerge o Campo de Públicas, foram destacados como: “Expansão, interiorização e consequente **democratização do ensino superior** no país” (E7Q4L42) e “O contexto histórico de **crescimento de cursos** de AP, GP, GS, GPP e PP⁶” (E7Q4L47).

As UR inseridas na categoria *Meso* dizem respeito à incompatibilidade das DCNs dos cursos de graduação em administração e da necessidade de DCNs próprias e dos

⁴ DCNs – O entrevistado refere-se às Diretrizes Curriculares Nacionais.

⁵ Para Jovchelovitch (2004), além dos níveis micro e macro, existiria o nível meso, ou seja, o “entre”, que seria o espaço privilegiado onde, segundo a autora, a categoria identidade seria produzida. A autora afirma que “este espaço constitui o objeto específico do inquérito psicossocial e é o entendimento detalhado deste espaço que a psicologia social pode oferecer a um diálogo interdisciplinar” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 21)

⁶ AP, GP, GS, GPP, PP – O entrevistado refere-se aos cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Gestão Social, Gestão de Políticas Públicas e Políticas Públicas.

fatores que permitiram tal articulação, como relatam alguns dos entrevistados: “**foi a ausência das estruturas hierarquizadas**. Lembro-me da minha primeira participação nas reuniões. Figuras conhecidíssimas, com muita autoridade acadêmica, se comportando de modo igual aos demais menos conhecidos. Isso me marcou positivamente e profundamente.” (E4Q4L47-52).

A próxima questão é direcionada à identidade do Campo de Públicas e busca saber se ela exprimiria uma identidade em formação e se essa identidade poderia ser caracterizada. As três formas de constituição das identidades coletivas⁷, defendidas por Castells (2010), foram apresentadas buscando conhecer a percepção dos entrevistados sobre qual poderia ser a forma de constituição da identidade do Campo de Públicas.

Quadro 6: Percepção dos integrantes a respeito da identidade do movimento

Legitimadora	De resistência	De projeto	Em processo	Formada
-	Sim— de resistência (E1Q7L42) Sim— de resistência (E8Q7L44)	de projeto (E4Q7L71) Sim. De projeto (E7Q7L64) Sim,... em formação e de projeto (E3Q7L61)	Sim, isso para mim é muito claro... de “resistência” e de “projeto” (E2Q7L105-106)	A identidade já está formada. (E6Q7L79)

Fonte: (GONÇALVES, 2014).

O maior número de UR identificadas relaciona-se às categorias *De resistência* e *De projeto*. Além das UR inseridas nessas duas categorias, um dos entrevistados afirmou que “**Sim, isso para mim é muito claro**. O Campo exprime uma identidade em formação, e esta se aproxima das categorias de “**resistência**” e de “**projeto**”. Ao longo da trajetória do campo, a resistência, em especial no episódio das DCNs⁸ se mostrou muito forte. Atualmente percebo uma migração entre a resistência e o projeto” (E2Q7L105-110). Ele exprime, assim, o processo que envolve a resistência seguida da identidade de projeto. A UR identificada demandou a criação de mais uma categoria nomeada *Em processo*.

A categoria *Legitimadora* não contou com nenhuma UR que expressasse ser o Campo de Públicas uma identidade coletiva produzida ou reproduzida por instituições dominantes. Assim, essa categoria ficou vazia.

⁷ Castells (2010) propõe uma distinção de formas e origens da construção de identidades, destacando a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. A primeira introduzida pelas instituições dominantes e daria origem à sociedade civil. A segunda possibilitaria a resistência coletiva em casos de opressão através das comunas. E a terceira consistiria no processo de construção de sujeito que, mesmo constituído a partir do indivíduo, torna-se ator social e coletivo

⁸⁸ O episódio mencionado pelo entrevistado refere-se a luta do Movimento Campo de Públicas pela aprovação de DCN próprias para os cursos de graduação relacionados à atuação na esfera pública.

A última questão indaga se distinções entre as identidades profissionais representam um fator fundamental para a constituição do movimento.

Quadro 7: Se distinções entre as identidades profissionais representam um fator fundamental para a constituição do movimento

Sim	Não	Em parte	Não posso responder
Sem dúvida (E1Q8L47) Foi e ainda é (E2Q8L114) Sim, certamente. (E3Q8L67) A distinção foi mais um elemento que motivou (E4Q8L80) Sim... necessidade de profissionalização que passa pela integração de diferentes áreas do conhecimento (E5Q8L43- 44) Sem dúvida (E7Q8L78) Sim. (E8Q8L50) profundas diferenças nas orientações das duas identidades profissionais (E8Q8L55-56)	-	Sim, mas não totalmente. (E4Q8L77) Há outros cursos... já nasceram... separados da administração (E4Q8L77-79)	só pode ser respondido pelo pessoal da administração pública. (E6Q8L84)

Fonte: (GONÇALVES, 2014).

A maioria das UR identificadas pode ser reunida na categoria *Sim*, que expressa a resposta afirmativa em relação à pergunta do problema de pesquisa. Como exemplo, seguem trechos das entrevistas: “**Sim, certamente.** As lógicas e ideologias que prevalecem nos processos de formação, inclusive nos currículos propostos para a formação do administrador de empresas e do administrador/gestor público/gestor social, são completamente distintas.” (E3Q8L67-69).

Em uma das entrevistas foi identificada a seguinte UR “**Isso só pode ser respondido pelo pessoal da administração pública**” (E6Q8L84). A ocorrência demandou a criação de uma nova categoria chamada *Não posso responder*, para inserir quem não se sentiu em condições de responder a indagação.

3.3 Discussão dos resultados

As análises permitem inferir que os cursos de graduação nos quais os entrevistados se formaram caracterizaram-se pela ênfase na formação técnica com forte influência dos modelos internacionais não oferecendo a formação necessária para a atuação na área pública, pois as habilidades necessárias ao administrador público, tais como a noção de ética, democracia, cidadania e interesse público, não são contempladas.

De certa forma, tais cursos demonstram forte influência da ciência administrativa apresentada por Taylor (1990). Tal inferência fica evidente na fala dos entrevistados que além de informar que os conteúdos ministrados nos cursos de graduação por eles

frequentados foram predominantemente técnicos, utilizaram advérbios (em negrito) para intensificar o caráter tecnicista presente nos cursos: “Os conteúdos eram **majoritariamente** instrumentais.” (E2Q1L8-9), “teve um enfoque **predominantemente** instrumental” (E3Q1L4-5), “teve ênfase **essencialmente** instrumentalizante” (E4Q1L4). Segundo Saraiva (2011), cursos de graduação que se voltam muito para a técnica e para a instrumentalização da técnica acabam perdendo a dimensão humana da educação e as pessoas tornam-se recursos à disposição da organização à qual pertencem.

Alguns entrevistados relataram que tiveram contato com as questões mais pertinentes à área pública a partir de alguma disciplina optativa ou por meio de grupos de pesquisa e extensão, ou ainda participando do movimento estudantil. Nas disciplinas consideradas obrigatórias, a discussão girava em torno do mercado, enquanto a sociedade e o Estado permaneciam em um plano secundário. Tais relatos confirmam o perfil empresarial voltado para o mercado apresentado pelos cursos de administração frequentados pelos entrevistados.

Os traços característicos que compõem a identidade pressuposta do administrador foram apresentados aos entrevistados e praticamente todos concordaram que os cursos de graduação em Administração reforçaram essa identidade. Apenas um dos entrevistados não concordou totalmente, dizendo que, apesar de o administrador ser um profissional competitivo, ele não seria individualista. De acordo com o entrevistado, a competição é uma característica da atividade produtiva na sociedade capitalista. Além disso, ainda de acordo com o entrevistado, na graduação, o administrador é treinado para trabalhar em equipe.

Essa colocação merece uma reflexão: será que o treinamento para trabalhar em equipe, em função dos objetivos e metas organizacionais, contribuiria para a formação de um profissional com visão coletiva e de busca pelo bem comum? Ou seria mais uma estratégia de fazer o próprio indivíduo anular-se em função da empresa que ele representaria como administrador? Então, apesar do treinamento para trabalhar em equipe, continua a vigorar a lógica da competição. Isso submete o indivíduo a um novo e significativo tipo de pressão: a pressão dos pares. Paralelamente, equipes decidem sobre a alocação de meios e perseguem metas que são meramente comunicadas. Assim, mesmo o coletivo não é uma instância efetiva de emancipação.

Cursos de graduação que privilegiem a formação técnica e o espírito competitivo, cujas habilidades relacionais direcionam-se para o setor privado, com discussões pautadas em torno do mercado, dificilmente conseguirão trabalhar com uma percepção de coletivo

que se relacione ao bem comum mais amplo. Além de Tenório (2012), Nogueira (1998), Hachen (2010), Motta (2013) e outros alertam para as questões relativas à formação de gestores públicos e a problemática do direcionamento para princípios e valores da empresa privada. Concluindo, a maioria dos entrevistados afirmou que os traços característicos da identidade pressuposta foram reforçados durante a graduação. O único posicionamento contrário foi embasado em uma justificativa que acabou por expressar o quanto o curso reforçou a identidade pressuposta de administrador, naturalizando-a.

Para dar continuidade à análise da fala de integrantes do Campo de Públicas, de modo a verificar seu posicionamento em relação à identidade pressuposta do administrador, os entrevistados são chamados a uma reflexão sobre o caminho percorrido desde a graduação culminando com a participação no movimento do Campo de Públicas, refletindo se, ao longo desse percurso, seu posicionamento oscilou entre assimilar, repor ou negar a identidade pressuposta de administrador. A maioria expressa que, ao longo do curso ou depois dele, emergia uma sensação de desconforto em relação a essa identidade, levando a uma busca por algo diferente.

Para a discussão sobre a constituição tanto da identidade dos entrevistados enquanto administradores, como da identidade coletiva do movimento Campo de Públicas, é importante considerar o alerta de Ciampa (1994) a respeito da complexidade do fenômeno da constituição das identidades. É oportuno lembrar que se trata de um processo constante e que não se esgota como se fosse um produto, algo fabricado e pronto. A constituição das identidades, tanto individuais quanto coletivas, envolve um movimento constante de fazer-se, de tornar-se e de metamorfosear-se. Nesse processo complexo, muitos fatores atuam, interagindo e construindo a identidade dos administradores, dos demais integrantes do Campo de Públicas, administradores ou não, já que o movimento é multidisciplinar e a diversidade é uma característica do próprio movimento.

Quanto à natureza da identidade do Campo de Públicas a maioria dos entrevistados manifestou que há uma característica de resistência, mas também de projeto. A legitimação é abordada por apenas um dos entrevistados ao dizer que a identidade em formação necessita de legitimação. A ideia de processo e de construção é praticamente unânime, não sendo aceita por apenas um dos entrevistados que considera que a identidade do movimento já está formada. Levando-se em consideração que três dos entrevistados manifestaram perceber características de uma identidade de projeto, essa possibilidade existe, ainda que muito impregnada das ideias de resistência que

moveram o grupo no início do movimento. Vale lembrar Ciampa (1994), ao esclarecer que diferentes contextos históricos podem favorecer ou dificultar a humanização do homem, e ainda Castells (2010), para quem qualquer identidade é construída socialmente e ocorre em contextos marcados por relações de poder.

Mas, afinal, a percepção sobre as distinções significativas entre as identidades profissionais de administradores (de empresas) e administradores públicos foi um fator determinante para a constituição do movimento do Campo de Públicas? A partir do referencial teórico e da análise das entrevistas, foi possível encontrar evidências significativas das diferenças entre o perfil profissional de administradores e administradores públicos. Assim, concluir que tais distinções foram fundamentais para a constituição do movimento, apesar de ser possível que essas distinções sejam ainda mais significativas para os integrantes formados em Administração.

Observa-se que a origem da identidade do movimento do Campo de Públicas caracteriza-se essencialmente pela resistência à imposição de uma identidade pressuposta de administrador e dá sinais de busca pela construção de uma identidade de projeto. A continuidade do movimento mesmo após a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais é uma demonstração de que o grupo tem potencial para constituir-se enquanto uma identidade coletiva de projeto.

3.4 Méritos e limitações da análise de conteúdo (AC)

Tendo em vista um dos objetivos propostos nesta pesquisa que é discutir a viabilidade da utilização da AC em pesquisas qualitativas considera-se que a mesma apresenta méritos e limitações, cabendo ao pesquisador preparar-se devidamente antes de empregá-la, pois, um dos maiores riscos que a AC apresenta e a sua utilização indiscriminada e sem o devido rigor. Outro alerta oportuno se refere a necessidade de um referencial sólido que deverá amparar o pesquisador na última etapa da AC, ou seja, no momento de realizar as inferências. Sem esse suporte sólido a AC perde o sentido e pode tornar-se apenas um “parafaseamento” do que foi dito no corpus.

Um dos méritos que se destaca no emprego da AC é a confiabilidade das pesquisas que a utilizam, pois o pesquisador consegue apresentar de forma sistemática o que a sua pesquisa encontrou a partir da análise do corpus. Essa apresentação pode ser feita com quadros e com os fragmentos do corpus, devidamente codificados facilitando a localização no material analisado, caso seja necessário ao pesquisador.

De acordo com Mozzato e Grzybovski (2011) uma das críticas mais fortes e recorrentes à AC relaciona-se ao fato de seu ideário ser carregado da metodologia quantitativa. Segundo Flick (2009), a categorização adotada no método poderá obscurecer uma visão mais ampla dos conteúdos tornando a interpretação muito esquemática. Cabe ao pesquisador ser cuidadoso em sua análise que deverá ser amparada, sobretudo por um sólido referencial teórico que subsidiará suas análises e inferências.

A experiência aqui descrita apontou que problemas podem ser superados a partir da exploração prévia da temática da pesquisa e da construção de um referencial teórico capaz de fornecer do pesquisador o suporte necessário às análises para que a AC possa trazer contribuições indo além da quantificação ou da repetição do que já está explícito nos materiais analisados. Como alertado por Flick (2009) e Mozzato e Grzybovski (2011), estando o pesquisador atento à importância de construir um sólido referencial teórico que venha a subsidiar as discussões e inferências bem contextualizadas é possível apresentar contribuições significativas a partir de pesquisas que utilizem a AC como metodologia, de modo especial se orientadas pela metodologia orientada por Bardin (1977).

4 Considerações finais

Demonstrou-se neste artigo a experiência do emprego da AC como um recurso metodológico eficaz, viável e útil de modo especial nas pesquisas qualitativas. Assim, procurou-se ir além da apresentação e discussão dos resultados. O artigo apresenta uma descrição detalhada das etapas seguidas no decorrer da pesquisa e apresenta os quadros elaborados a partir da análise das entrevistas. Neles é possível identificar a categorização adotada bem como a codificação de cada Unidade de Registro, sendo possível ao leitor acompanhar de que forma a categorização e a codificação foram feitas. Além dos quadros são também apresentadas as discussões dos resultados.

A partir desta pesquisa foi possível concluir pela viabilidade do emprego da AC como uma metodologia adequada à pesquisa qualitativa por tratar-se de um método que, sendo aplicado corretamente, é capaz de conferir credibilidade à pesquisa e segurança ao pesquisador.

Cabe ainda um esclarecimento de que a experiência aqui descrita não pretende defender que esta seja a única ou tampouco a melhor forma de se colocar em prática a AC. O que se pretende é apresentar a AC como um método de análise de dados que pode ser muito útil ao pesquisador se usado com rigor e ética. Todavia poderá o pesquisador

que, decidido a empregar a AC como método de análise de dados, depois de conhecer a técnica, fazer uso da forma que considerar mais apropriada à sua pesquisa.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2011. Lisboa, Edições 70, 2011.

BOCK, A. M. B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 26, jul. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 14 maio. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em: 01 out. 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 4.769**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 set. 1965. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 22 out. 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 5. ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 58-75.

COELHO, F. de S. **Educação superior, formação de administradores e setor público**: um estudo sobre o ensino de administração pública em nível de graduação no Brasil. 2006. 151 f. Tese de Doutorado em Administração e Governo – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COELHO, F. de S. A problemática do ensino de graduação em administração pública do Brasil. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 6, n. esp. p. 1-21, ago. 2008.

COELHO, F. de S. **História do ensino da Administração Pública no Brasil (1854-2006)**: antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas. Brasília: Enap, 2019.

DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação na pesquisa em Administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 97-118.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ÉSTHER, A. B. **A construção da identidade gerencial dos gestores da alta administração das universidades federais em Minas Gerais**. 2007. 276 p. Tese de Doutorado em Administração - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio/jun. 1994.
- KEINERT, T. M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume, 2000.
- MOTTA, P. R. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. AC como Técnica de Análise de Dados Qualitativos o Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.
- NOGUEIRA, M. A. **As Possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.
- PIRES, V.; VAINER, C.; FONSECA, S. A. **Uma definição do “Campo de Públicas”**. São Paulo: 2012. Disponível em: campodepublicas.wordpress.com/about/. Acesso em: 12 dez. 2013.
- RAMOS, A. G. **A nova Ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- SARAIVA, L. A. S. A educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação: um túnel no fim da luz? **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n.1, p. 41-60, jan./jun. 2011.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18 -30, abr./jun. 1997.
- SILVA, A. H. ; MOURA, G. ; CUNHA, D. ; FIGUEIRA, K. ; HÖRBE, T. ; GASPARIR, E. AC: fazemos o que dizemos?: um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília, DF. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: ANPAD, 2013. p. 168-184.
- SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v.17, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2015.
- TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 8. ed.. São Paulo: Atlas, 1990.
- TENÓRIO, F. G. O “tipo burguês” e o pensamento organizacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2., 2012, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: EBAPE-FGV, 2012. p. 01-16.
- VENDRAMINI, P. Análise do curso de Administração Pública da UDESC – ESAG à luz das competências. 2013. 249 f. Tese de Doutorado em Administração – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 30 de novembro de 2021.

Aceito em: 04 de dezembro de 2022.